



Estudantes presos
durante o frustrado
30º Congresso
Nacional
em Ibiúna, interior
de São Paulo. A
repressão atinge
também os
congressos
regionais. Fins de
68, o ME entra
em descenso.

IBIÚNA

Revista de uma Corrente Socialista do M.E.

CIPRIANO

Nº 0 - ANO I - 1000

TENDÊNCIAS COMPONENTES DA REVISTA:

SÃO PAULO

Refazendo – Integrante da atual diretoria da UEE-SP
Refazendo – Oposição à atual diretoria do DCE-USP
Resistência – Oposição à atual diretoria do DCE-USP
Oficina – Atual diretoria do CA – administração – FGV
Resistência – Integrantes da Comissão pró-DCE de Mogi das Cruzes

RIO DE JANEIRO

Organizando – Atual diretoria do DCE-UFRURJ.
Andança – Oposição à atual diretoria do DCE-UFRJ.
Novo Rumo – Oposição à atual diretoria do DCE-UFF.
Resistência e Luta – Integrantes da Comissão pró-DCE-UERJ.
Viração – Oposição à atual diretoria do DCE-PUC.
Alternativa – Oposição à atual diretoria do DCE-PUC.
Liberdade – Oposição à atual diretoria do DCE-UFRJ.

NORDESTE

Nova Ação – Oposição à atual diretoria do DCE-UFBA
Correnteza – Atual diretoria do DCE-UFPE
Construção – Atual diretoria do DCE-UFRUPE
Atuação – Atual diretoria do DCE-UFSE

MINAS

Liberdade – Oposição à atual diretoria do DCE-UFMG
Participação – Idem Idem
Participação – Atual diretoria do DCE-UCMG

IBIÚNA

BIBLIOTECA
Rosa Luxemburgo
Carlos Alberto N. de Anitade
Nº. REG. _____



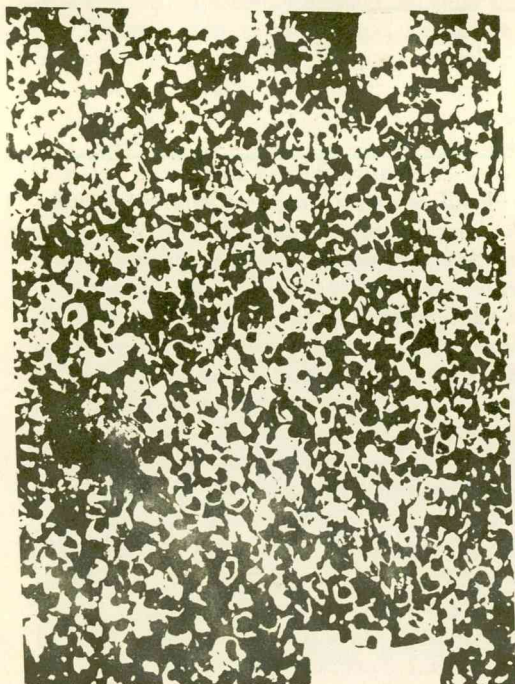
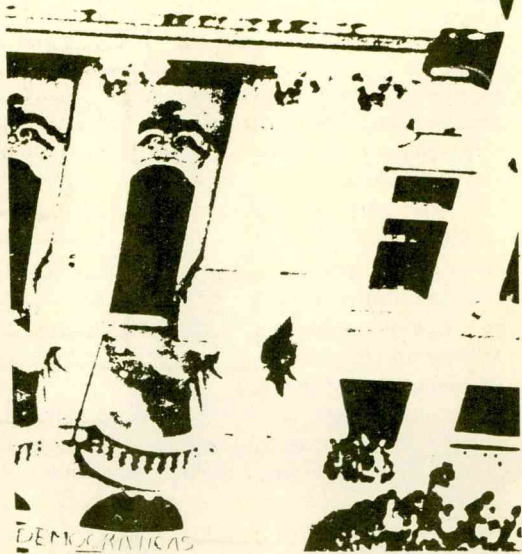
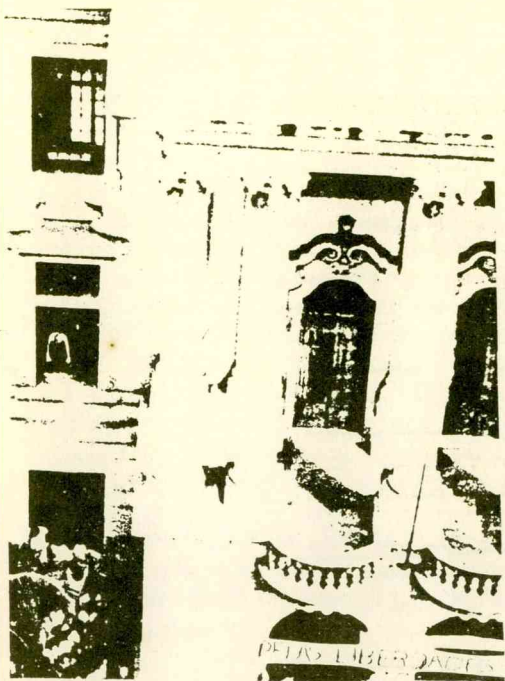
APRESENTAÇÃO

IBIÚNA, INTERIOR DE SÃO PAULO. IBIÚNA, FINAL DE 1968, E, QUASE MIL DELEGADOS ESTUDANTÍIS COM A FIRME DISPOSIÇÃO DE REALIZAR O 30º CONGRESSO DA UNE. IBIÚNA, A REPRESSÃO INVESTE VIOLENTAMENTE, PRENDENDO TODOS OS DELEGADOS.

HOJE, IBIÚNA É UMA REVISTA DE ÂMBITO NACIONAL, INICIATIVA DE MAIS DE VINTE TENDÊNCIAS ESTUDANTÍIS DE VÁRIOS ESTADOS, COM O OBJETIVO DE ELEVAR A UM NÍVEL SUPERIOR O DEBATE E A PRÁTICA POLÍTICA NO MOVIMENTO.

OS ARTIGOS DESTES NÚMERO ZERO, AINDA QUE REFLITAM AS DISPOSIÇÕES POLÍTICAS QUE CONFORMAM A UNIDADE MAIS GERAL DAS TENDÊNCIAS QUE TOMAM PARTE DA REVISTA, SÃO ASSUMIDAS PELO CONSELHO EDITORIAL, NA IMPOSSIBILIDADE DE QUE HOUVESSEM SIDO DELIBERADAS EM ASSEMBLÉIA. POR OUTRO LADO, NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE O CONJUNTO DAS CONCEPÇÕES E DAS POSIÇÕES POLÍTICAS DE CADA TENDÊNCIA EM SEPARADO.

A PREOCUPAÇÃO MAIOR NESTE NÚMERO FOI SUBSIDIAR O DEBATE VISANDO A INTERVENÇÃO NO IVº ENE, BUSCANDO REFLETIR A PAUTA DE DISCUSSÕES DO ENCONTRO NACIONAL: RECONSTRUÇÃO DA UNE, ELEIÇÕES PARLAMENTARES E LUTAS ESTUDANTÍIS.



EDITORIAIS.

Vivemos um momento complexo na conjuntura política do país. Configura-se, de forma cada vez mais clara, uma nova "virada". A crise econômica continua sem solução a curto prazo, permanecendo como pano de fundo da conjuntura. Mas, já há algum tempo, e cada vez mais, deixou de ser seu aspecto principal. A crise política tem sua dinâmica própria e avança em passos largos. Agora, já não restam dúvidas que a polarização política no seio da classe dominante não se dá mais em torno da questão institucionalização do regime (O Abre não abre) corporificado na briga Geisel X Médici e, posteriormente Geisel X Frota. A candidatura de Euler Bentes e a Frente Nacional pela Redemocratização começam a delinear uma outra alternativa burguesa como saída à crise da ditadura, e que vai bem além da simples institucionalização, dá reforma de fachada. Pela força que expressa dentro de setores da burguesia, e inclusive das Forças Armadas, começa a aparecer como uma alternativa viável à ditadura militar, toma iniciativas e polariza a oposição liberal e significativos setores da pequena burguesia democrática.

Por outro lado, o Movimento Popular de oposição também deu importantes avanços neste primeiro semestre. Setores da pequena burguesia avançaram em sua organização e luta (Lutas dos professores e médicos por aumento salarial, criação dos comitês de Anistia, etc...) com um dinâmica própria, nova e bem diferente da do ano passado. E, acima de tudo, grandes e vitoriosas greves operárias estouraram na grande São Paulo e envolveram mais de 10.000 trabalhadores, significando um salto de qualidade nesse processo de avanços. Os trabalhadores, a partir daí, começaram a colocar-se claramente como uma força política na conjuntura. Uma força que, através de suas lutas conquistou o seu espaço no cenário político do país e deferiu golpes profundos em dois dos mais importantes sustentáculos da ditadura — o arrocho salarial e a lei anti-greve. A partir deste momento, qualquer projeto de superação da crise, que pretenda se legitimar, não poderá deixar de levar em conta essa nova realidade e, conseqüentemente, as reivindicações concretas nelas colocadas.

Assim, nesse quadro em que desponta uma alternativa burguesa capaz de polarizar amplos setores da oposição ao regime (oposição liberal, setores da pequena burguesia e inclusive movimento estudantil) e em que os trabalhadores começam a aparecer enquanto força política, recoloca-se também com uma nova qualidade a questão da direção política da luta contra a ditadura. É fundamental, nesse momento, precisarmos uma alternativa própria. O projeto de reformas articulado pela regime, que para impor-se terá que ser bastante radicalizado, e o projeto liberal disputam o controle do processo de transformação na forma de dominação, cuja necessidade é um dado. Apesar de serem distintos, notadamente em relação a "flexibilidade" com que encaram as reivindicações colocadas pelo movimento de massas, têm uma característica fundamental em comum: a garantia do controle do processo, a firme disposição de impedir o avanço do movimento popular. E é exatamente aí que devemos atacar, trabalhando para estourar os limites da transição, buscando afirmar desde já uma direção própria dentro da conjuntura e partindo para a disputa da hegemonia nas lutas atuais. Somente dessa forma, as reivindicações básicas colocadas hoje pelos setores oprimidos poderão ser efetivamente solucionadas, fortalecendo a organização independente a partir dos locais de trabalho e moradia e conquistando efetivos espaços de organização e manifestação.

Sabemos que os trabalhadores ainda não reuniram forças suficientes para colocar na ordem do dia, como um objetivo imediato, a efetivação de sua alternativa própria de poder e

organização da sociedade. Sabemos que chegamos a um momento de crise, sem que a classe operária houvesse forjado, sob a sua direção e seus interesses históricos, uma sólida unidade com todos os explorados e oprimidos; uma unidade que permitisse conferir uma nova qualidade à crise política e à conjuntura. Todavia consideramos que os avanços recentes, como dissemos antes, apontam para a necessidade e a possibilidade que o movimento operário e popular se coloque, efetivamente, como a terceira força na luta política, e, nesse caminho, acumule forças no sentido de levar à frente a transformação radical da sociedade pela qual lutamos, e que vai bem além da "simples" queda da ditadura — deve continuar no rumo da constituição de um Governo dos trabalhadores e da construção do socialismo.

Transformar o movimento de oposição popular, ainda disperso, numa força política organizada é pois nossa tarefa principal nessa conjuntura. Polarizar amplos setores da oposição em torno dessa alternativa de luta ao regime, é a única forma de garantirmos que as reformulações que hoje se anunciam, e que interessam a amplos setores da classe dominante, não permaneçam apenas nessa esfera no momento que se apresenta, garantindo a efetiva satisfação de algumas reivindicações básicas do movimento popular — direito de greve, ampla liberdade sindical e partidária, anistia ampla geral e irrestrita, melhoria radical das suas condições de vida. À medida em que estas conquistas sejam acompanhadas pelo fortalecimento da organização política e sindical dos trabalhadores e pelo enraizamento, no interior de cada luta, de seus interesses mais gerais, poderemos registrar um avanço claro, rumo à consolidação do movimento operário e popular como uma força política, afiançando, cada vez mais, a continuidade da luta pelo socialismo.

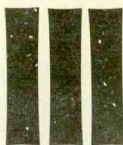
Na afirmação dessa alternativa própria de luta contra a ditadura, o movimento estudantil tem um lugar importante. Seja pela importância de conquistar o conjunto dos estudantes para essa perspectiva, tendo em vista o papel que o movimento estudantil jogou e joga na luta contra o regime, seja pela capacidade que ele tem de influir nos outros setores da pequena burguesia (professores, intelectuais, artistas, jornalistas...) disputando com a oposição liberal a influência política sobre eles.



O grande salto vivido pelo movimento estudantil em 77 e o fato dele haver experimentado suas forças e seus limites na luta contra a ditadura, fazem com que esteja cada vez mais colocada a questão de como avançar daqui para frente. A consciência anti-ditadura, podemos afirmar, hoje é um dado, pelo menos no que há de mais significativo no movimento estudantil nacional. Afirmar-se agora de forma aguda a questão de quais os passos concretos a se dar, como processar a integração dos estudantes com os outros setores, como caminhar-mos nesse novo estágio que nos encontramos. A situação de crise e impasse vivida em algumas regiões, aliás aonde mais se destacaram as lutas no ano passado, aponta para a necessidade de aprofundar o debate político acerca das questões situadas para o movimento, dando conta, com uma nova qualidade, da problemática de sua direção em toda a sua complexidade.

Ao lado disso, o fortalecimento da dinâmica nacional do movimento, e a perspectiva que defendemos e pela qual lutamos, de reconstrução da UNE a curto prazo, torna inadiável a afirmação de uma política clara e unificada para a condução das lutas estudantis a nível nacional.

Além disso, coloca, como uma questão por demais atual, a necessidade de consolidar um polo dentro do movimento, através da prática de intervenção conjunta e do debate político que ora se trava.



Noosso objetivo não é, no momento, criar uma tendência a nível nacional. Consideramos que não existe hoje nenhuma posição enraizada e suficiente, em dimensão nacional, que possua condições de se colocar enquanto tal. Pretendemos, isto sim, a constituição de uma corrente socialista nacional, no movimento estudantil; tentar dar hoje passos firmes nesse sentido. Ou seja, aprofundar a discussão política e as tentativas de intervenção conjunta entre uma série de tendências que hoje se enraizam e polarizam politicamente o movimento ao nível de cada região e que, apesar das diferenças e divergências, encerram uma série de identificações que, no decorrer do debate e, principalmente, na busca da intervenção nas lutas atuais, podem se desenvolver no caminho de uma unidade mais sólida.

É neste sentido que formulamos e estamos levando à prática a proposta de uma REVISTA NACIONAL. Um instrumento que expresse posições desta corrente, contribuindo assim para a unificação de nossa intervenção, para a elevação do grau de debate político no movimento, e, ainda para demarcar um campo frente às outras posições existentes. A revista pretende ser, também, um instrumento que desenvolva a discussão no interior das próprias forças que a compõem, através do enfrentamento conjunto e sistemático das polémicas existentes na atualidade.

Outro objetivo da revista seria fornecer um referencial político mais geral a todos aqueles que pretendem participar organizada e conscientemente das lutas do movimento, e, portanto, contribuir com a sua direção. A necessidade de um referencial que dê conta da complexidade das questões que envolvem a condução do M.E é cada vez mais presente. E a sua existência pode contribuir no sentido da elevação da qualidade da intervenção de todos aqueles que se identificam com a perspectiva que pretendemos expressar.

Para atender a estes objetivos, a revista poderá discutir todas as questões mais relevantes colocadas no momento atual:

a) Questões referentes a conjuntura e a tática; b) Avaliações e análises do movimento procurando sistematizar e transmitir a prática desenvolvida em cada local, buscando unificar as experiências e apreender mais profundamente a dinâmica do movimento, suas relações com a conjuntura, as formas de organização e lutas criadas no seu desenvolvimento, etc . . . ; c) Discussões teóricas importantes como por ex.: o papel da Universidade, a questão agrária no Brasil, o caráter do estado, concepção da entidade e etc. . . .

A revista enquanto expressão das posições de uma corrente socialista no ME, será baseada nas tendências políticas existentes em cada região. Tendências que, a partir da sua intervenção no movimento, se constituem em importantes referências políticas para parcelas cada vez mais amplas de estudantes.

Consideramos que essa revista, assim definida não se contrapõe nem enfraquece absolutamente a imprensa das entidades. E nem poderia, já que o nosso objetivo principal, ao nos constituirmos enquanto tendências, é unificar em torno de uma visão política comum parcelas de estudantes preocupados com a intervenção consciente e organizada no movimento, reconhecendo como canal principal dessa intervenção e objetos de todos os esforços no sentido do seu fortalecimento, exatamente as entidades estudantis.

A imprensa de tendência, e mais particularmente Ibiúna, apenas cumpre o papel de expressar mais clara e profundamente as posições das tendências que a compõem. Essas posições — assim com as de qualquer outras tendências hoje existentes no ME, que façam ou não parte do polo socialista — não podem hoje ser atribuídas em seu global a nenhuma entidade estudantil. As entidades, que não podem absolutamente ser confundidas com as suas

diretorias são expressão, a cada momento, das posições majoritárias dos estudantes. E nenhuma posição política hoje existente pode atribuir-se esta qualidade, ou seja, a de expressar globalmente e de forma estável a posição majoritária do conjunto dos estudantes. Por isso, apesar de muitas das tendências que assumem o projeto da revista, serem hoje diretorias de entidades, não podemos simplesmente atribuir essas posições às entidades como tal, sob pena de identificarmos indevidamente essas tendências com suas diretorias. Daí a importância de criarmos um instrumento próprio de expressão de nossas posições.

IV

Na revista, a expressão da unidade política das tendências que a compõem é dada pela linha editorial. Esta, refletindo os pontos de concordância quanto às concepções políticas mais gerais ao caráter que assume hoje a luta contra a ditadura, demarca a identidade da revista. Todavia, esta identidade não está calcada num monolitismo de posições, existindo no interior de uma unidade mais ampla, espaço para divergências de maior ou menos vulto. Nesse sentido, a linha editorial que apresentamos a seguir está aberta a reformulações que dêem conta do avanço político travado no seio da revista.

– entendimento de que o objetivo central de nossa luta é a derrubada da ditadura militar, no rumo da construção de uma sociedade sem exploração econômica nem opressão política, onde os trabalhadores e o povo, através de seus órgãos de poder, dirijam seus destinos e os destinos do país;

– entendimento de que a única alternativa de poder e organização da sociedade – vista como aquela que irá resolver os problemas de fundo, as contradições básicas com que hoje se defrontam todos os explorados e oprimidos – pela qual lutamos, é o Governo dos Trabalhadores e o socialismo. Compreendemos o Governo dos Trabalhadores como aquele que garantirá aos trabalhadores e ao povo as mais irrestritas liberdades e o controle de todos os aspectos da vida social, a deliberação sobre o que produzir, o que plantar, sobre a destinação dos fundos públicos, sobre a educação, a saúde, etc., permitindo-lhes levar à prática a construção de uma sociedade socialista;

– entendimento de que, neste momento, está aberto o campo para a discussão de alternativas táticas, como Constituinte, governo de transição, etc.;

– afirmação da classe operária como força principal e dirigente da luta contra a ditadura militar, a única que poderá levá-la até o fim e de forma conseqüente, garantindo que sua derrubada seja um passo efetivo rumo à construção do socialismo;

– entendimento de que a classe operária e seus aliados, os trabalhadores da cidade e do campo e a pequena burguesia democrática, só poderão assumir esse papel se desenvolverem sua organização independente, livre de toda tutela da burguesia e do Estado, no plano sindical e político;

– entendimento de que a construção do Partido dos Trabalhadores, forma mais elevada de sua organização política, é uma tarefa fundamental, indispensável para a garantia de sua unidade e coesão em torno de seus interesses imediatos e históricos, e para a vitória definitiva de sua luta. Entendimento de que nesse partido será construído pelos próprios trabalhadores e seus aliados, num processo de lutas em que estes se constituirão na força social dirigente da luta pelo socialismo;

- entendimento de que não basta definir a ditadura militar como nosso inimigo principal e centrar sobre ela nosso esforço de lutas. É necessário que essas lutas sejam travadas a partir de um determinado ponto de vista de classe, privilegiando, nos eixos gerais de liberdades democráticas e melhores condições de vida e trabalho, as reivindicações que mais interessem aos trabalhadores e ao povo e entendendo, além disso, que mais do que qualquer conquista parcial que se possa atingir, o fundamental é acumular forças no rumo do Governo dos Trabalhadores;

- afirmação, ainda que consideremos que o esforço principal de organização e mobilização deva se dar em torno dos pontos concretos de luta de nossa plataforma, da necessidade de desenvolvermos, desde já, um amplo trabalho de propaganda da alternativa de poder dos trabalhadores e de denúncia de cada manifestação concreta da exploração e da opressão, desvendando o caráter de classe da ditadura militar;

- entendimento de que a ditadura militar é, hoje, o nosso inimigo principal e de que, portanto, devemos centrar nossos esforços em impulsionar a articulação e a combatividade de todas as forças populares que se colocam contra ela, com o objetivo de avançar efetivamente para sua derrubada;

- afirmação da necessidade de articular e organizar em um grau superior o movimento de oposição popular à ditadura que hoje se desenvolve, construindo um movimento de massa amplo e unitário, organizado pela base, e, no seu interior, uma corrente de opinião e de prática socialista que eleve a um novo estágio a luta pela derrubada da ditadura. Tal corrente, que irá sendo construída e consolidada com base na intervenção nas lutas atuais, ao garantir desde hoje a presença e o enraizamento no movimento operário e popular de uma direção e de uma perspectiva que reflitam os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, contribuirá para a afirmação desse movimento enquanto uma força política na conjuntura, expressão de uma alternativa independente e popular de luta contra a ditadura;

- definição de plataforma de lutas contra a ditadura militar centrada em dois eixos: POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.

Anistia ampla, geral e irrestrita - entendida como o reconhecimento do direito dos oprimidos lutarem por seus interesses e contra seus opressores -; pelo desmantelamento do aparato repressivo do regime; fim dos órgãos de tortura e repressão política e julgamento público dos torturadores;

Ampla liberdade sindical; pelo completo desatrelamento dos sindicatos ao Estado; pelo irrestrito direito de greve;

Ampla liberdade partidária, especialmente para os partidos operários populares;

Ampla liberdade de organização e manifestação; liberdade de organizações nos locais de trabalho e moradia, para as comissões de fábrica e empresa e para associações de moradores; pelo direito de formar e eleger centrais sindicais; contra a censura política e econômica no trabalho jornalístico, artístico e cultural;

Contra o 477 e o 228; pela reconstrução das entidades estudantis livres; CAs, DCEs, UMEs e UNE;

Pela revogação de toda a legislação repressiva, contra quaisquer salvaguardas que os substituam;

Pelo fim da ditadura militar.

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

Contra o arrocho salarial; pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; pelo aumento dos salários acima do aumento do custo de vida;

Pela garantia e ampliação dos serviços públicos e gratuitos: saúde, educação, trans-

porte e moradia; contra a burocracia e a corrupção (pelo controle de base desses serviços por parte de seus usuários);

Pela extensão das conquistas trabalhistas (férias remuneradas, jornada de oito horas, 13º salário, etc.) aos trabalhadores rurais; pela posse da terra a quem trabalha (camponeses pobres, parceiros, posseiros).

– entendimento de que o papel do movimento estudantil é fundamentalmente o de que sua força e seu sentido vêm da sua existência enquanto movimento de massas, da sua dinâmica assentada no conjunto dos estudantes;

– afirmação, a todo momento, do respeito às formas democráticas de organização e deliberação do movimento, e reconhecimento das entidades de massa como canais de representação do conjunto dos estudantes, expressão, a cada instante, de suas posições majoritárias;



Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio de Ibiúna, no sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da FP e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem presentidos e não encontraram qualquer resistência. Os milicianos agiram com calma e serenidade. Toda a liderança do movimento Universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luis Travassos, presidente da UNE, Wladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS.

Os demais foram recolhidos ao presídio Tiradentes. (Trecho de reportagem, "Folha de São Paulo", 13 de outubro de 1968)

O 4º ENE



IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES: Em busca de algo mais sólido ...

O IV ENE, que será realizado no dia 3 de outubro em São Paulo, sem dúvida alguma nos coloca frente a um novo Movimento Estudantil.

Um movimento mais amadurecido, com razoável acúmulo de experiências, de luta. Um movimento que traz agora as cicatrizes de algumas derrotas, mas que possui uma face rejuvenecida, fortalecida pela inúmeras vitórias.

Hoje o Movimento Estudantil tem uma história. História que a violenta repressão, que se abateu sobre ele nos anos 69/73, conseguiu interromper, quase apagar. Toda uma experiência acumulada que não foi passada adiante. A violência ditatorial, rompera o processo. Todas as auto-críticas, as transformações políticas pelas quais passaram as posições postuladas por esse M.E/68; foram reduzidas à uma pequena vanguarda, empurradas para longe da dinâmica viva do movimento de massa, então em claro descenso.

Golpeado pelo regime fôra o conjunto do movimento. Desde a violência direta das prisões, torturas e assassinatos sobre a sua vanguarda, até a repressão efetivada na destruição das entidades de massa. Destruídas foram a UNE, as UEEs, os DCE's e os DA's.

Foi preciso recomeçar. Reaprender, refazendo o que foi destruído.

1 - O Passado da REORGANIZAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, entidade máxima dos estudantes brasileiros e expressão principal de sua capacidade de organização e luta a nível nacional foi sempre um dos alvos principais da ditadura militar.

Em 64 teve sua sede invadida e depredada, e, a partir daí, foi declarada extinta. Seus líderes foram vítimas de uma feroz perseguição, que resultou em uma série de prisões, banimentos, exílios e assassinatos.

A especial violência que a ditadura militar sempre reservou à UNE vem exatamente da sua importância e enquanto expressão

principal da organização e atuação unificadas dos estudantes e, portanto, de potencialização da sua capacidade de luta e interferência na vida política do país.

Mesmo assim, a UNE não apenas sobreviveu por vários anos, mas reconhecida e sustentada pelo Movimento Estudantil, reafirmou-se enquanto entidade máxima dos estudantes, dirigindo em todo o país a grandes jornadas de luta dos anos 67/68. Todo o movimento de massas no país, após a edição do AI-5 em dezembro de 68, novamente dedicou à UNE especial atenção. Esta conseguiu sobreviver ainda por algum tempo, mas já agora tendo seu caráter de entidade de massa seriamente comprometido.

A destruição da UNE pela força repressiva da ditadura militar, portanto, significou uma quase que completa desarticulação do movimento durante os anos mais negros do refluxo (69/73) caracterizados por uma enorme desorganização das entidades, vanguarda dispersa, ausência quase que total de qualquer movimento mais significativo a nível do conjunto dos estudantes. São realizados apenas alguns "encontros por áreas" (Engenharia, Ciências Sociais, Economia ...), propiciando algum nível de contato, discussão, e troca de experiências entre escolas de vários pontos do país; mas sem condições de efetivar nada de mais concreto em termos de reorganização nacional do movimento.

Isso só vai acontecer no ano de 1976, com a realização do Iº e IIº ENE's. Nessa época, a situação já é bastante diferente. 74/75 marcam uma virada de conjuntura no país. É o fim do "Milagre Econômico", o início das dissensões inter-burguesas, e surgimento do governo Geisel com seu projeto de "Distensão lenta, gradual e segura" (leia-se institucionalização da ditadura), a expressiva vitória do MDB nas eleições de novembro de 74, conferindo-lhe um claro conteúdo de repúdio ao governo e expressando o despertar ainda que tímido do movimento de massas. Novos ventos começam a soprar. E isso não podia deixar de ter seus reflexos no Movimento Estudantil.

75/76 são os anos de ressurgimento do movimento em vários locais do país. Acele-

ra-se o processo de reabertura e dinamização de entidades - ainda que na maioria dos casos oficiais e controladas pelo 228 - que começam a se fazer mais presentes nas pequenas lutas que se multiplicam - ainda que atomizadas, parciais e fundamentalmente específicas. Existe ainda uma profunda desigualdade, mesmo entre os polos mais avançados. Os dois únicos locais dos países que contam com lutas de massa mais expressivas são São Paulo (plebiscito contra o Ensino Pago em 72, Missa em repúdio ao assassinato de Alexandre Vannuchi em 73, Comitê de defesa dos presos políticos em 74 e greve da ECA, além disso a greve geral e missa de repúdio ao assassinato de Vladimiro Herzog em 75) e Bahia em 72 (luta contra o ciclo básico em 72 e greve geral vitoriosa contra o Jubileamento em 75).

É nesse contexto, de retomada do movimento, mas de incipiência de lutas concretas, sem unificação de bandeiras a nível nacional, que são realizados os dois primeiros encontros nacionais, que por isso mesmo foram limitados. Mas eles cumpriram um importante papel, em termos de articulação da vanguarda e de recolocar pela primeira vez após a destruição da UNE, de forma mais concreta para o movimento, a questão da sua reorganização nacional. Ainda que o fizesse apenas para os estudantes mais avançados, aqueles que giravam em torno das entidades. Foi também a primeira vez após 68 que os estudantes brasileiros se expressaram nacionalmente, discutindo e definindo uma posição em relação às Eleições Parlamentares que se realizariam em novembro daquele ano (74). Ainda que essa posição não pudesse ser atribuída ao conjunto dos estudantes brasileiros, mas às entidades de base (DA's e CA's) que ali se reuniam, podemos dizer por isso mesmo que, sem dúvida, reunia o que havia de mais significativo no movimento.

Esses dois encontros caracterizam-se, portanto, claramente com Encontros de Entidades Estudantis. Expressando um claro avanço em termos da articulação das entidades estudantis localizadas, mas ainda preso às limitações advindas do fato de não poder

se falar ainda na existência de um corpo social com uma dinâmica própria à nível nacional — exatamente porque os estudantes não haviam passado por uma experiência de lutas que forjasse esse corpo social. O que temos de mais expressivo no movimento é ainda a articulação das entidades localizadas, e, somando-se a isso o fato de uma total ausência de uma dinâmica de massa à nível nacional, temos nos encontros de entidades de base subordinadas à dinâmica das parcelas mais brilhantes destas entidades.

2 - IIIº ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES - : A TRANSIÇÃO

Por mais e mais intensas que tenham sido as articulações das tendências nacionalmente, o amplo processo de mobilizações políticas de 77 (1º semestre), surpreendeu despreparada a vanguarda do Movimento Estudantil. Com seu alto grau de explosividade e espontaneidade (pois não expressaram um produto natural e proporcional de um acúmulo de forças anterior), a envergadura das jornadas de luta à nível nacional, **esbarra na ausência de um órgão nacional que sustentasse e dirigisse o ascenso das lutas, bem como o refluxo que à êle se seguiu.**

O IIIº ENE, realiza-se num período de inversão de dinâmica do 1º Semestre. Deixa-se um voo alto com asas fracas. O movimento atirara-se com todas as suas forças na luta contra a ditadura, sem canais estáveis de organização que o solidificassem.

De certa forma o movimento estudantil, experimentara os seus limites, sem uma consciência clara das origens desses limites. Várias foram as manifestações de repúdio ao regime, e no entanto lá estava êle.

O M.E. tivera uma experiência isolada, em descompasso com o movimento de massa em geral. Se é evidente que desempenhou um papel importante no desmascaramento do regime, nem tão evidente ficou o amanhã. Qual o próximo passo? O que fazer a mais além do que já fizemos? Perguntas que ficaram sem respostas ...

O IIIº ENE era, sem dúvida, uma resposta justa. Avançar na organização a nível nacional, capitalizar os frutos, era esse o seu

objetivo: organizar o movimento.

Sua realização não era mais um “assunto de vanguarda”. Não era mais uma temática estranha ao conjunto da massa estudantil.

Mesmo mutilada na sua representatividade, pela repressão que sobre ela se abateu; sua realização foi um avanço, uma vitória sobre o regime.

Apenas essa característica nova, por si só, já marca um salto de qualidade do IIIº ENE, sobre seus antecessores.

No entanto, suas debilidades, limitaram esse avanço. A nova qualidade foi a de ser uma **transição indispensável**, da articulação dos estudantes mais comprometidos com a reorganização de uma entidade de massa à nível nacional: a UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

Não realizá-lo, seria um erro imperdoável. Seria curvar-se ao regime e ao refluxo do movimento. Seriam inimagináveis as consequências trágicas desse erro. Foi justamente porque, realizado às claras, com ampla repersusão na imprensa burguesa, a despeito do isolamento que esta vinha lhe impondo, então, e porque **fundamentalmente fruto de um processo de lutas vivenciadas pelas amplas massas**, que sua deliberação máxima, a COMISSÃO NACIONAL PRÓ-UNE pode existir. O IIIº ENE conferiu a essa comissão a legitimidade indispensável, que nenhum “conchavo”, nenhum “acordo” entre a vanguarda poderia conferir.

Deve-se entretanto assinalar que evidentemente a repressão impediu que maiores deliberações fossem tomadas, que mais se avançasse na articulação de lutas a nível nacional.

No entanto, o IIIº ENE foi restrito a si mesmo. Se pouco, ou mal, se trabalhara a preparação do IIIº ENE; lamentável foi o seu desdobramento.

A COMISSÃO PRÓ-UNE, num primeiro momento, sequer assumiu sua tarefa primeira: a da apresentação junto ao conjunto dos estudantes; bem como a sua tarefa central: a propagação da UNE e a criação das bases para a sua reconstrução.

Consideramos o "DIA NACIONAL DE PROTESTO EM MEMÓRIA A EDSON LUIS, ALEXANDRE VANNUCHI E DE-MAIS VÍTIMAS DA REPRESSÃO", no dia 20 de Março, como a única ação dirigida pela PRÓ-UNE que tenha logrado seus objetivos fundamentais. Nesse dia a bandeira da UNE foi levantada em todo o país pela primeira vez desde 1968. Pode ser considerado também como a primeira ação planejada e organizada a nível nacional em um grau diferente dos "dias de luta" das jornadas do 1º Semestre de 77, decididos em um ou outro estado (devido a inexistência de uma forma de decisão à nível nacional reconhecida pelo movimento) e quando a principal e quase exclusiva forma de contato entre vários estados eram os jornais da grande imprensa.

3 - IVº ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES: AVANÇAR NA RECONSTRUÇÃO DA UNE!

A própria pauta do IVº ENE nos aponta o eixo por onde devemos centrar nossa preocupação a nível da reorganização nacional. Seu último ponto nos coloca: reorganização nacional e **reconstrução da UNE**.

Concretamente hoje, falarmos de reorganização nacional significa necessariamente colocar a UNE na ordem do dia. Isto significa: torna-se necessário que realizemos uma análise do atual estágio do movimento, das pré-condições para a reconstrução da UNE e dos caminhos para concretizá-la.

Ao nosso ver são cinco pontos fundamentais que devemos analisar:

1- A repressão ao IIIº ENE tornou mais uma vez evidente o esforço da ditadura militar no sentido de impedir a todo o custo um avanço de tal porte na reorganização independente do movimento de massas, o que sem dúvidas significaria a reconstrução da UNE. A sua própria existência (UNE) extrapola os limites corporativos do movimento estudantil e adquire um significado mais amplo para todo o movimento de massas na luta contra a ditadura militar. Por isso mesmo o Iº pressuposto para a sua reconstrução seria a existência de um amplo respaldo so-

cial que a sustentasse frente à ditadura, o que depende de um avanço mais geral do movimento de massas.

2- A existência e consolidação de uma dinâmica de luta a nível nacional.

3- Consolidação do movimento regional, pelo menos nos seus polos mais avançados.

4- Consolidação de formas intermediárias de organização do movimento tais como os Encontros Nacionais e a Comissão Pró-Una.

5- Avanço na articulação da vanguarda, na construção de uma direção unificada a nível nacional.

Acreditamos que no 1º Semestre de 78, apesar do movimento ter vivido uma situação bem diferente de 77 — não ter tido mobilizações e lutas tão significativas, ter tido um peso relativo bem menor de interferência nos rumos da conjuntura política do país e ter vivido, inclusive, em alguns locais, importantes situações de crise e impasse — observamos que foram dados passos significativos em todos esses pontos:

(1) O acirramento da crise da ditadura militar vem sendo acompanhado por um expressivo avanço das forças populares. São dados importantes a entrada da classe operária a demais trabalhadores na cena política através, principalmente, das grandes greves por melhores salários; a articulação de diversos Comitês pela Anistia e Comitês de Justiça e Paz em vários pontos do país, etc, que acarretaram numa diminuição da capacidade repressiva do regime, conquistando uma significativa ampliação do espaço de organização e expressão do movimento operário e popular.

(2) No terreno da dinâmica de lutas do movimento estudantil não foram dados grandes avanços. Podemos dizer que, o que houve de mais significativo, embora não alcançasse as mesmas dimensões das grandes jornadas de luta de 77, foram as lutas de âmbito nacional do dia 28 de Março, greve de fome dos presos políticos, a luta pela libertação de Cajá e seus companheiros. Além disso deve-se ressaltar o desenvolvimento do movi-

mento no nordeste, fator extremamente importante para o fortalecimento e garantia de uma dinâmica nacional de lutas, já que no passado, o Nordeste não havia experimentado o mesmo avanço que o Centro-Sul, encontrando-se ainda, apesar dos avanços, num estágio bem diferenciado de crescimento.

No entanto, cabe ressaltar o atual estágio do movimento Baiano que, sem dúvida, desempenhou e desempenhará um importante papel de polarização no movimento do Nordeste enquanto um todo.

Acresça-se a isso o fato de que o 2º Semestre nos traz perspectivas de generalizações de lutas, tanto nos aspectos da conjuntura política quanto nos aspectos internos do movimento (eleições parlamentares, IVº ENE).

(3) No terreno da reorganização regional, importantes avanços foram conquistados. O mais significativo, sem dúvida, é o a UEE de São Paulo. Em Minas e no Nordeste avança-se bastante no terreno da reconstrução de suas respectivas UEEs, tendo essas regiões já realizado dois Encontros Regionais de Estudantes, cada um deles. No Rio de Janeiro avanços importantes foram dados tanto na reconstrução do DCE - Mário Prata da UFRJ e da maioria dos CAs, dessa Universidade, bem como a perspectiva de num prazo curto se reconstruir o DCE da UFRJ.

(4) No terreno das formas intermediárias de organização nacional o IIIº ENE, como demonstrou a análise mais acima, representou um salto de qualidade que preparou as bases fundamentais de um salto ainda maior para esse IVº Encontro que em breve se realizará.

A COMISSÃO NACIONAL PRÓ-UNE a despeito de todas debilidades demonstradas, de isolamento dos acontecimentos que propiciavam lutas a nível nacional como as recentes prisões dos companheiros da convergência socialista, como as inúmeras lutas educacionais que espoucaram pelo país inteiro, demonstrando claramente a sua falta de

agilidade política nos momentos que novas lutas se colocavam para o movimento, e os distanciamento dos estudantes na participação de suas deliberações.

Tal comissão retirada em condições limitadas, teria que encarar de frente a tarefa central de **conquistar legitimidade**, reconhecimento, no conjunto dos estudantes, impulsionando lutas a nível nacional, como desdobramento de um intenso trabalho de agitação e propaganda da UNE, forjando assim as bases necessárias para a reconstrução de nossa entidade nacional.

Quem não nos deixa mentir é a própria manifestação do dia 28 de março, onde os estudantes deram mostras da necessidade de um organismo, que centralize e unifique suas lutas. Naquele momento a Comissão Nacional Pró-UNE se fez presente, ganhando inclusive expressão social. Trata-se agora de levar em frente as suas deliberações (SEMANA POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO E DIA NACIONAL DE REPÚDIO AS ELEIÇÕES INDIRETAS - 11/10)

APONTANDO RUMOS PARA QUE POSSAMOS DAR UM SALTO DE QUALIDADE RUMO A CONSOLIDAÇÃO DE UMA DIREÇÃO FORTE, UNITÁRIA E INDEPENDENTE DOS ESTUDANTES, QUE AO NOSSO VER SÓ PODE SER A UNE!

(5) No terreno da articulação de uma direção unificada a nível nacional para o movimento estudantil, importantes avanços vem sendo dados, entre a própria confecção dessa revista é uma mostra viva.

Todos esses pressupostos acima assinalados não podem ser concebidos de forma estanque, e sim articulados entre si. Ou seja, a identificação de que alguns avanços significativos na conjuntura do país favorável ao movimento de massas, não é suficiente para colocarmos na ordem do dia a reconstrução da UNE. É fundamental também levarmos em conta aqueles pressupostos relativos à própria dinâmica interna do movimento estudantil.

Assim é que se faz necessário encarmos de frente dois aspectos decisivos na reconstrução do movimento estudantil é nível nacional: avançar na organização pela base do movimento estudantil e, avançar, na reorganização regional, o que implica botar em pé as UEE's; e, ao mesmo tempo romper com o isolamento social do M.E., tornando a UNE uma bandeira de luta de toda a oposição de massa ao regime militar.

E é justamente por esses dois eixos que devemos centrar nossa atuação no IVº ENE, tendo claro que ou daremos passos efetivos na reconstrução da UNE, ou estaremos fadados a reconhecer um retrocesso no processo de reorganização nacional.

Nesse sentido, consideramos de extrema importância que na preparação do IVº ENE, deflagremos uma campanha nacional junto aos outros setores da sociedade, com o intuito de obter destes o mais irrestrito apoio à reconstrução da UNE. Inclusive, algumas propostas que estão claras o suficiente para começarem a ser trabalhadas desde já:

— à nível parlamentar, por exemplo, poderíamos desenvolver, á nível dos parlamentares mais comprometidos com a oposição popular ao regime, uma ampla campanha de denúncia, à nível nacional, da inexistência de qualquer lei que tenha colocado na ilegalidade a UNE. Como sabemos, muitos os companheiros presos, torturados e assassinados pelo regime, sob a acusação de tentativa de reorganizar "a extinta União Nacional do Estudantes". Mas por mais incrível que pareça, as próprias leis da ditadura não dão respaldo à esses inúmeros processos.

Bem trabalhada essa campanha poderá trazer importantes desdobramentos.

— Fazer com que durante as Eleições Parlamentares, todos aqueles candidatos comprometidos com as lutas populares assumam através de seus instrumentos de campanha (Publicações - Debates - Alto Falante na Rua - Comícios) a mais firme defesa da UNE.

— Através das publicações estudantis, e da imprensa Alternativa - se possível, uma

ampla e extensa propaganda da História da UNE e de sua importância atual.

— Promover manifestações conjuntas do M.E. com outros setores, pela Anistia aos processados por terem participado da UNE e averiguações das mortes de seus diretores, evidentemente que tal campanha deverá ser circunscrita à luta mais geral para Ampla Geral e Irrestrita à todos reprimidos pela ditadura.

— Que sejam promovidos debates, intensas discussões acerca do passado da UNE, revivendo toda a sua tradição de luta. E que essas atividades se deem de forma combinada com todo o processo de preparação do IVº ENE.

Evidentemente, tanto essas propostas como outras que venha surgir, deverão confluir para a instância máxima do Movimento Estudantil nacional hoje, a COMISSÃO PRÓ-UNE.

DESDOBRAMENTO DO IVº ENE: RECONSTRUIR A UNE!!!

Estamos a poucos dias da realização do IVº ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES, e tendemos ser esta a forma mais legítima para decidir acerca dos passos que iremos trilhar rumo a reconstrução da UNE.

Portando, o IVº ENE decidirá sobre o futuro do próprio movimento. Decorre daí, a importância especial que assume todo o processo de preparação, onde as discussões de propostas a serem apresentadas deverão ocorrer com maior amplitude possível no conjunto dos estudantes, com a eleição dos delegados nas bases.

E nossa intervenção nesse Encontro deve procurar ir bem mais além do que se tem feito, até então, nos encontros nacionais. Para tal se faz necessário dirigir todos os esforços para que o movimento abrace propostas claras de como prosseguir rumo à reconstrução da UNE, de como os estudantes deverão se colocar frente à reconstrução da UNE, de como os estudantes deverão se colocar frente as tarefas que a conjuntura apresenta, rompendo, definitivamente, com a generalidade das respostas que até então vem sendo dadas.

STITUINTE LIVRE E DEMOCR





Estudantes presos
durante o frustrado
30º Congresso
Nacional
em Ibiúna, interior
de São Paulo. A
repressão atinge
também os
congressos
regionais. Fins de
68, o ME entrava
em descenso.

É inegável que o M.E. assume cada vez mais uma dinâmica nacional. Inúmeros são os exemplos (Dias Nacionais de Luta; o crescente processo de reorganização regional em vários estados - SP, MG, PE, BA, RJ, -, os Encontros por área, Semana por Melhores condições de Ensino, etc) que permitem reafirmarmos o **grande potencial de generalização** do movimento. Entretanto, isto não resolve nossas deficiências. Pelo contrário, diante de uma contradição, de um impasse que exige resposta.

De um lado o grau de generalização em potencial do movimento que cada vez mais clama por ser nacional. De outro, seus instrumentos de direção, suas formas de centralização bastante aquém de suas necessidades. Tudo isso sem desconhecer a conjuntura explosiva em que vivemos, onde o regime militar, que se instaurou em 64, passa por um processo cada vez mais acelerado de desagregação total.

O movimento de massas, mais particularmente, a classe operária e assalariada em geral, vêm arrebentando com a lei de greve e desfechando conquistas importantes no campo das reivindicações salariais, o que, sem dúvida, é um sintoma maior da crise.

A resolução de tal contradição, entretanto, passa por colocarmos na ordem do dia a reconstrução da UNE e atingirmos um novo patamar no atual estágio de reorganização do movimento, o que significa a conquista de uma **direção nacional e unitária** assentada em um "programa de ação" que se constituirá em referencial básico, um fio condutor das lutas que travam os estudantes brasileiros.

O que significa também superarmos o atual organismo de direção do movimento (A COMISSÃO PRÓ-UNE) com caráter federativo, sem poder contar com um programa de ação, dada a diversidade de visões que encerram os DCE's que compõem esta comissão

Em suma, a reconstrução da UNE é expressão da globalização e síntese de todas as reivindicações dos estudantes, que em sua maioria, são feitas de forma localizada. Todo

um conjunto de lutas que são travadas hoje, seja por mais verbas, pela democratização do ensino, contra prisões e troturas, pela Anistia, pelo fim da ditadura, ganharão mais força e impulso se dirigidos por nossa união, que nossa organização maior será a UNE, reconstruída com nossa próprias forças e de forma independente do Estado e das classes dominantes.

Durante o processo de preparação do IV^o ENE é fundamental que tenhamos claro as diversas propostas existentes hoje no seio do movimento no que se refere à sua organização no âmbito nacional.

Para nós, a UNE nascerá de um processo mais vivo e dinâmico, onde não necessariamente todas as tarefas organizacionais locais ou regionais estejam completas. Mais ainda, consideramos impossível o surgimento de muitas UEE's, sem a própria intervenção da UNE. Nascida de um movimento estudantil heterogêneo, a UNE terá um papel fundamental na eliminação das desigualdades regionais. E mais, a tarefa de reconstrução da UNE, não se resume à eleição de sua primeira diretoria mas também na aglutinação em torno dela de forças que a sustentem frente a repressão da ditadura.

Esses são os fatores com os quais teremos que trabalhar: uma UNE que não nascerá plenamente representativa, que se afirmará num processo de condução do movimento nacional dispondo de uma representatividade mínima, que a garanta da repressão do regime militar.

É nesse sentido que temos como **proposta básica para o IV^o ENE que seja realizado no 1^o semestre de 79, não mais um V^o ENE, mas sim um CONGRESSO PARA REABERTURA A UNE.**

Diferentemente do XXXI Congresso da UNE propomos o Congresso de sua reabertura. Sua realização significaria a própria reabertura de nossa entidade nacional, onde, depois de uma preparação massiva e, com a participação de delegados tirados pelo critério de proporcionalidade ao número de estudantes por escolas, teríamos a tarefa de defi-

nir os passos concretos para a consolidação da entidade. Desidiríamos, também, acerca de seus estatutos básicos e da carta de princípios de sua reabertura. Finalmente culminaríamos o processo definindo a eleição para a sua diretoria.



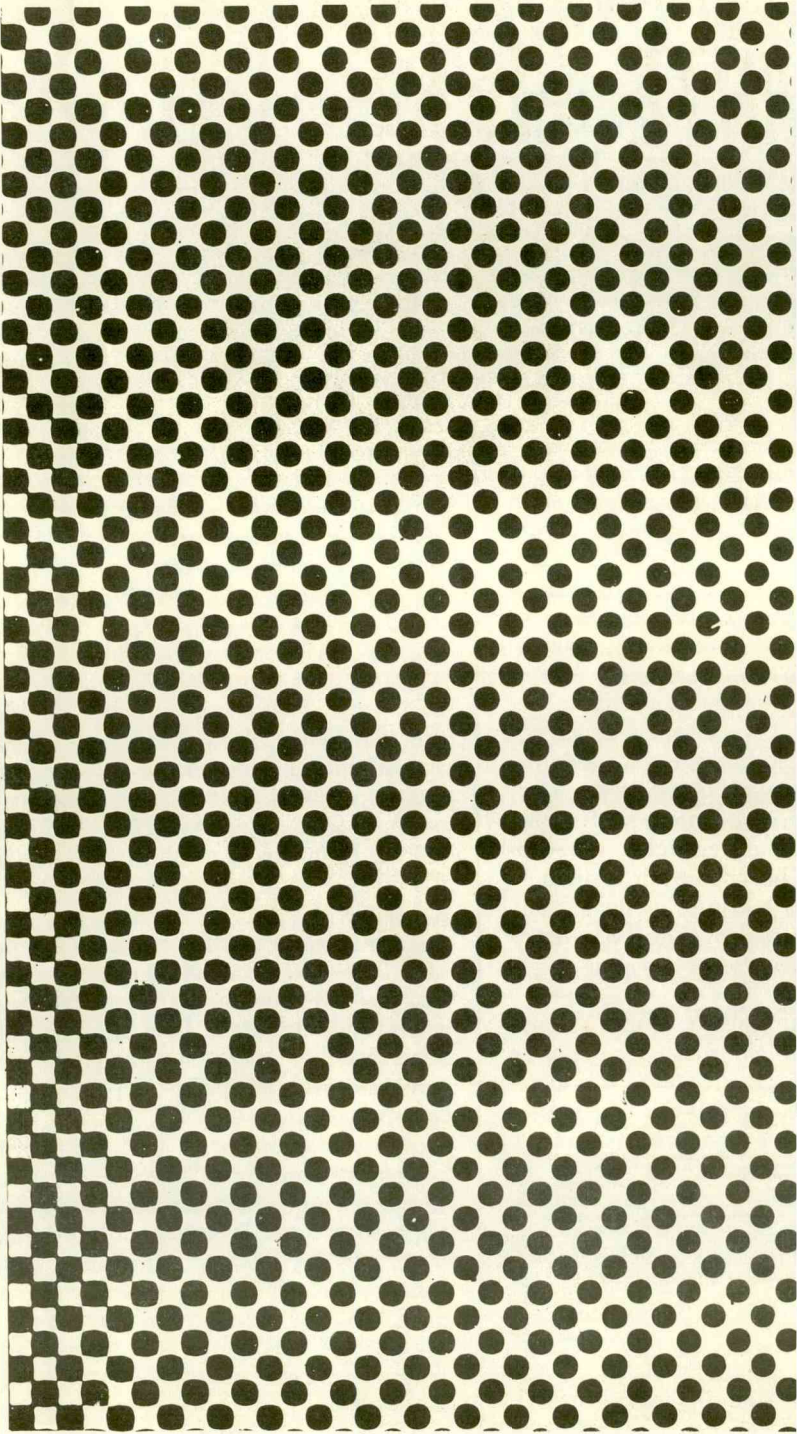
A UNE SOMOS NO



STITUINTE LIVRE E DEMOCR



A CRISE E AS ELEIÇÕES.



As eleições de 15 de novembro, este ano, irão se realizar num momento que encerra diferenças substanciais se comparado com o ano de 74. A crise política tornou-se a principal característica da conjuntura e, suas conseqüências são da maior relevância.

Os diversos setores da burguesia, premiados por suas contradições internas, buscam realizar a transição da ditadura aberta para uma forma de dominação aparentada com as democracias liberais, onde garantindo a continuidade da exploração e da opressão sobre os trabalhadores e o povo — ainda que sob novas formas —, encontrem canais institucionais para a resolução de suas disputas.

Os projetos mais significativos nesse campo são o de Geisel — Figueiredo e o de Euler Bentes — Frente de Redemocratização. Identificando-se na necessidade de impedir o crescimento e organização do movimento operário e popular, tais projetos expressam diferentes pontos de vista quanto aos limites da transição da forma de dominação e vão buscar ampliar suas bases de apoio social, polarizando a oposição liberal e setores da pequena-burguesia assalariada. Neste caminho, Euler Bentes, agora candidato do MDB às eleições indiretas para a presidência, vai redobrar seus esforços para conseguir o apoio de lideranças sindicais e setores da democracia pequena burguesa, tentando absorver através de seu projeto o crescimento das lutas do povo oprimido.

A outra conseqüência relevante da crise política, a de maior importância do ponto de vista de uma prática conseqüente, é o incremento das lutas operárias e populares. Mesmo que estas ainda encontrem obstáculos a sua unificação, notadamente ao nível de sua organização política e sindical, vão conquistando efetivos espaços de organização e manifestação e melhorias das condições de vida e do trabalho, apontando para a construção de um amplo movimento de luta contra a ditadura.

Frente a esse quadro, as eleições representam, pelo espaço de discussão e mobilização, um momento em que os diversos projetos políticos irão disputar influência sobre

o movimento de massas, buscando imprimir-se direções que atendem a seus distintos interesses. A oposição liberal, por exemplo, tentará canalizar o movimento para uma perspectiva de luta no campo parlamentar e sob bandeiras como a do Estado de Direito.

Para nós, coloca-se a seguinte pergunta: basta reforçar a política liberal, que interpreta uma genérica vitória do MDB como uma vitória do movimento popular? Basta resumir os interesses deste movimento à simples vitória do MDB e à conseqüente derrota da ARENA?

Acreditamos firmemente que não. A nosso ver, hoje, é necessário aproveitar o processo eleitoral para dar passos largos e sólidos no fortalecimento do movimento de oposição popular. E isto será feito enfrentando suas fraquezas e contribuindo para o avanço de sua organização e articulação; divulgando suas reivindicações mais imediatas e ligando-as aos interesses históricos dos trabalhadores. É preciso, portanto, tornar o processo eleitoral, seus comícios e debates, em estímulos à consolidação da organização e da representatividade dos movimentos de oposição sindical e associações de moradores; em estímulos às manifestações unitárias nas quais se levantem as principais bandeiras populares; etc.

Uma vitória do MDB certamente expressará o descontentamento popular e representará um "não" à ditadura. Todavia, a ditadura estará sendo derrotada, hoje, nas campanhas salariais do 2º semestre, nas greves e nas manifestações de repúdio às prisões políticas e pela anistia.

A perspectiva que, em linhas gerais, apontamos acima, pode ser resumido, portanto, nas seguintes palavras: no processo eleitoral, avançar a mobilização popular e construir um polo socialista no movimento de massas. Todavia, é preciso explicitar mais claramente, precisar o que seja tal polo e a maneira pela qual acreditamos ser possível contribuir para sua construção no processo eleitoral.

Quando afirmamos que, hoje, num momento de transição da forma de dominação

e de crescimento das lutas de massas, os diversos projetos disputam influência sobre o movimento de massas buscando ampliar suas bases de apoio, temos em mente a necessidade de fortalecer uma direção socialista no interior do movimento popular. Em outras palavras, fortalecer uma política que garanta o desenvolvimento das lutas e que, jogando esforços na mobilização popular para a conquista de vitórias parciais e de reivindicações imediatas na luta contra a ditadura, seja capaz, através das perspectivas que aponta a cada instante e da propaganda, ligar estas conquistas com os objetivos históricos da classe operária, colocando cada avanço atual a serviço de um acúmulo de forças no rumo da construção do socialismo.

Se soubermos aproveitar as eleições para divulgar uma plataforma de lutas que responda aos anseios mais sentidos do povo oprimido; para estimular os debates que transformam associações e entidades em polos de atração para seus associados e filiados; para transformar os comícios em manifestações de protesto e de defesa das reivindicações populares; para ampliar a propaganda do socialismo e do Governo dos Trabalhadores; para denunciar a violência da ditadura; etc — poderemos avançar nas questões levantadas acima.

Hoje, a concretização desta proposição implica no voto programa, isto é, no apoio aos candidatos que levantem um programa no qual estejam presentes os interesses dos trabalhadores e do povo na luta contra a ditadura. O apoio a estes candidatos não implica em um apoio indiscriminado ao MDB, muito menos em um compromisso com o programa deste partido e com sua política. Pelo contrário, é preciso ter sempre presente, a necessidade da denúncia do MDB enquanto um partido conciliador e comprometido com anos de ditadura como uma das questões importantes no decorrer da campanha, buscando mostrar a cada instante o quanto suas propostas e sua prática estão distantes de travar de maneira conseqüente a luta pelo fim da opressão.

Mas, do mesmo modo que julgamos cor-

reto refutar a justeza de um apoio indiscriminado ao MDB, como se assim fosse possível avançar no caminho de uma proposição justa e referenciada nas tarefas atuais colocadas pela luta conta o regime militar, pensamos ser acertado criticar as concepções que encaram o voto nulo como uma questão de princípios. Visto enquanto tal, o voto nulo abdica, *a priori*, das possibilidades de uma prática institucional e de uma ampliação do trabalho político baseado em um programa que sirva aos interesses populares. Se pensarmos que não existe uma opção política que implique apenas em ganhos, buscando compreender a prática e as opções políticas como algo em que nosso dever é, sem abrir mão de princípios, avaliar o quanto ela possa se prestar ao avanço de nossa luta, veremos o quanto é frágil argumentar pela não participação em eleições debaixo da ditadura e no interior do MDB. Como dissemos antes, desde que esta participação não implique em compromissos com a prática e o programa deste partido, resguardando-se a independência de nossas posições, é possível avançar a mobilização popular e contribuir para a construção de um polo socialista em seu interior apoiando candidatos com programas calcados nos interesses do povo oprimido, na luta pela derrubada da ditadura militar.

A transição do regime, o parlamento e a luta parlamentar

Do ponto de vista da luta pelo fim de toda a exploração a opressão, a participação em parlamentos burgueses nunca teve por objetivo a conquista de reformas, nem muito menos a transformação radical da sociedade, levando os trabalhadores ao “poder” pela via institucional. Esta participação, tende sempre em mente que a construção do socialismo será fruto das lutas de massas e da organização independente dos trabalhadores, teve sempre por objetivo ocupar um ponto secundário de luta e disputar influência sobre aqueles setores populares que estão imbuídos de preconceitos parlamentaristas.

Hoje, em nossa realidade, estes também

devem ser os nossos objetivos na prática de luta parlamentar. Se considerarmos que a transição da forma de dominação de uma ditadura aberta para uma forma aparentada com as democracias liberais vai implicar, necessariamente, numa reformulação do papel desempenhado pelo parlamento nas disputas burguesas e, também, na dominação dos trabalhadores, veremos como cresce em importância a participação no parlamento da ditadura. Para lá a burguesia, Euler Bentes e os liberais, vão tentar atrair as lutas de massas, jogando com os preconceitos e o baixo nível de consciência de amplos setores populares. Por isso, coloca-se como da maior importância estar presente nesta frente de luta para disputar influência junto a eles, denunciando as manobras do regime, as inconseqüências e o caráter limitado da política dos liberais, divulgando as lutas dos trabalhadores e utilizando o mandato para estar presente em todas as manifestações de massa, buscando apoiar as lutas e a organização do movimento operário e popular.

Para levar à prática uma luta parlamentar conseqüente, em vários momentos, vai se colocar a necessidade de estabelecer acordos com outros parlamentares, com base em ações determinadas. Todavia, isto não significa propor compromissos de caráter político mais geral que rebaixam nosso programa e impliquem na perda de nossa independência política, sendo justo distinguir entre essa perspectiva e os acordos com parlamentares comprometidos com o fortalecimento da mobilização popular. Por outro lado, quando estão na ordem do dia uma reorganização partidária limitada e que não abre espaço a organização de partidos operários e populares, é preciso ter claro que não se coloca para uma oposição conseqüente reforçar propostas que pretendam que a criação destes partidos poderá se dar ainda debaixo de uma ditadura e através de "mecanismos" institucionais como, por exemplo, a coleta de milhares de assinaturas. A partir do parlamento deve ser levantada a bandeira da ampla liberdade partidária, especialmente para os partidos operá-

rios e populares, no sentido de reforçar as lutas travadas em torno a esta reivindicação, e agitada a perspectiva da construção do Partido dos Trabalhadores; construção que se dá no bojo das lutas populares e que, hoje, passa pelo fortalecimento de um polo socialista nas lutas de massas.



Em nossos tempos vemos uma quantidade enorme de panfletos, cartas-programas e jornais da imprensa estudantil, todos emanados da movimentação dos estudantes, nas quais se expressam invariavelmente, a disposição de lutarem unidos pela transformação da realidade universitária.

Sem dúvida, podemos encontrar em muitas destas publicações uma orientação correta do que se busca. Em outras, ao contrário, nem sequer podemos identificar quais são os objetivos a conquistar. As idéias expressas nas diferentes publicações mencionadas, em muitos momentos, não têm escapado a uma visão simplista, superficial e genérica do que vem a ser a Universidade Brasileira.

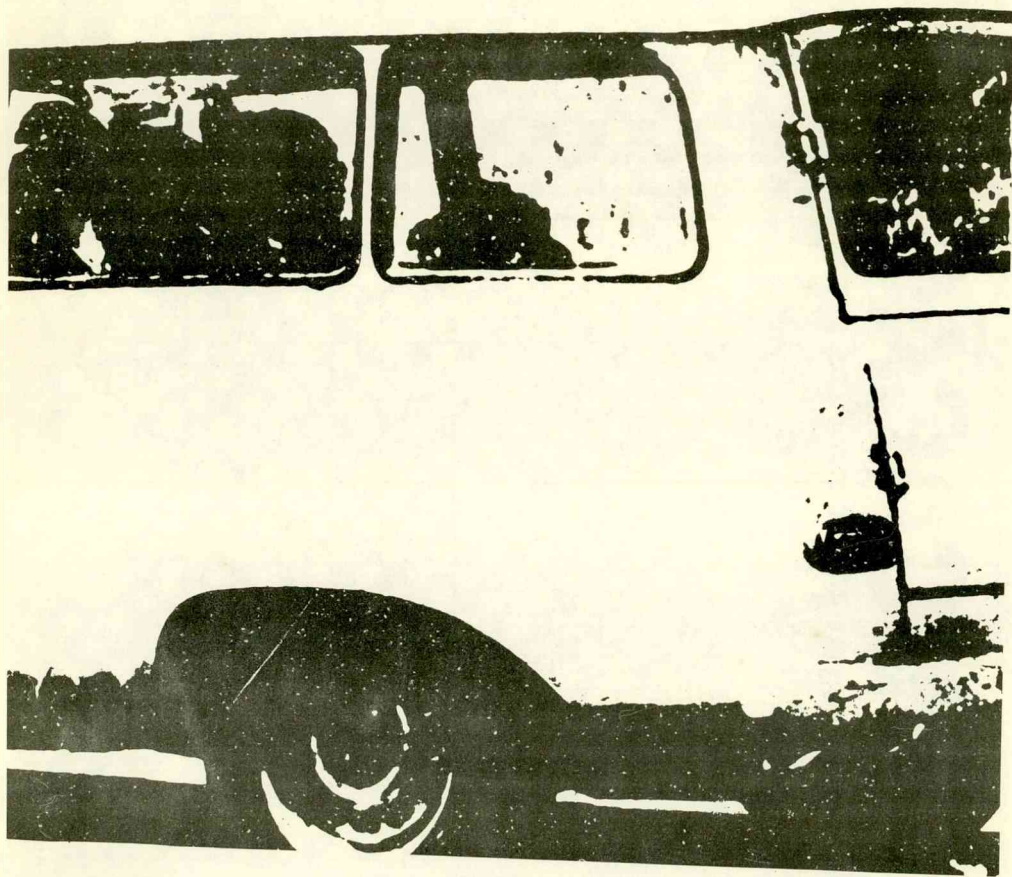
Em poucas palavras, poderíamos dizer que temos insistido no erro de procurar aplicar e adequar à realidade educacional esquemas interpretativos extremamente gerais.

Neste sentido, torna-se necessário que, mais que arrolar as contradições existentes no cotidiano de nossa universidade, saibamos apontar diretrizes concretas e globais quanto aos rumos da luta educacional. Rompendo os marcos das soluções parciais e localizadas, como também, das meras colocações propagandísticas, devemos desde já procurar gestar um projeto alternativo de Universidade, que ultrapasse o discurso geral. Ou melhor, devemos caminhar na perspectiva de construir uma visão clara da universidade no que se refere à questão do poder, do conteúdo dos cursos, do mercado de trabalho, da profissionalização e da vivência.

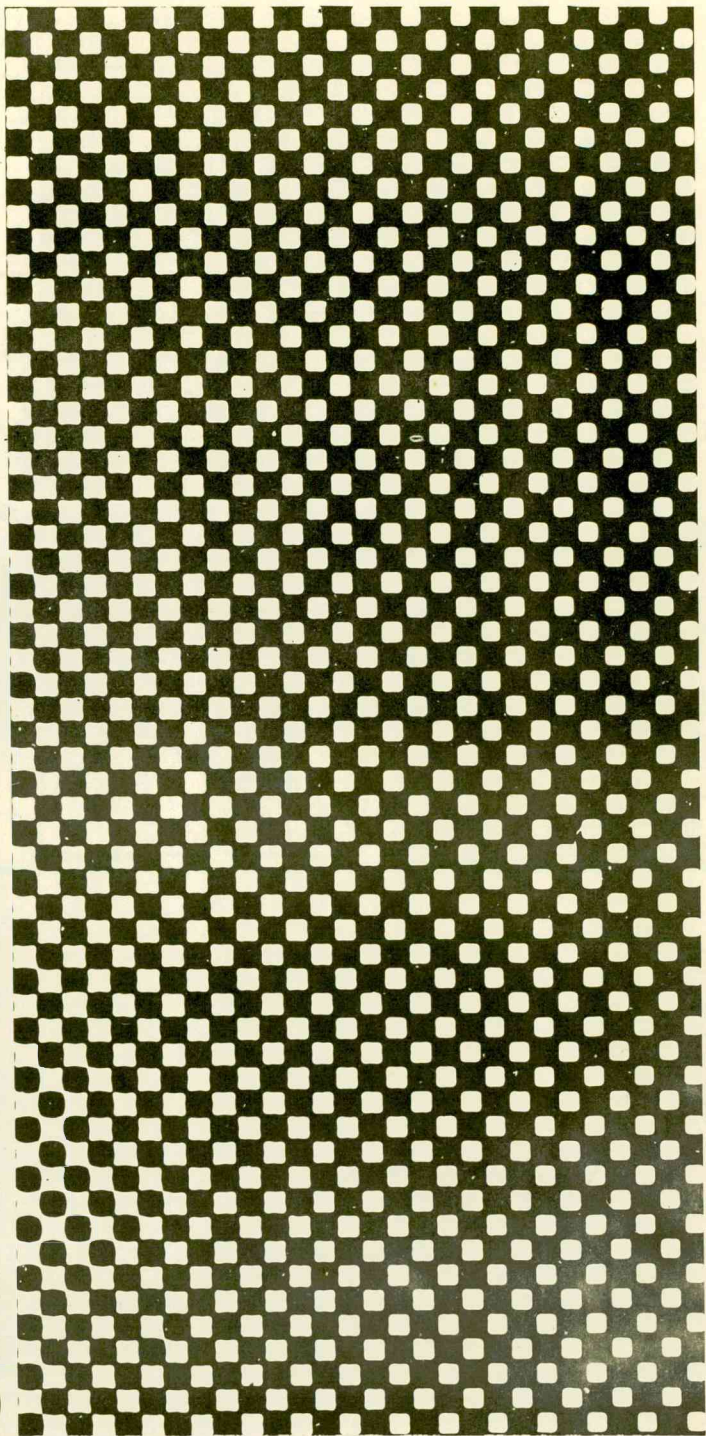
Tomamos, então, a iniciativa de publicar esse documento "SOBRE A EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE", que foi lançado durante a reunião da SBPC/78, pelas várias tendências que participam da revista. Representa uma contribuição inicial para o debate do tema, em torno do qual a revista pretende abordar com maior profundidade em seus próximos números.

Assinam esse artigo: REFAZENDO/USP; LIBERDADE/UFMG; NOVA AÇÃO/UFBA; VIRAÇÃO/PUC-RIO; ALTERNATIVA/PUC-RIO; LIBERDADE/UFRJ; ANDANÇA/UFRJ; ORGANIZAÇÃO/UF RURAL RJ; RESISTÊNCIA E LUTA/UERJ; NOVO RUMO/UFF; RESISTÊNCIA/USP; PARTICIPAÇÃO/UCMG.

TERRITÓRIO LIVRE DA RESIDÊNCIA DE BRASÍLIA NADA MAIS POTIVANT



EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE



I Primeiro semestre de 1978. Sete escolas da UFBA permaneceram paralizadas durante quase todo o tempo: os alunos entram em greve exigindo alterações no currículo, melhores condições de ensino, etc. Na Faculdade de História da USP e na escola de Engenharia de São Carlos, basicamente pelos mesmos motivos, algumas outras centenas de estudantes resolvem paralisar suas atividades. A burocracia universitária não cede, os estudantes também não, e cria-se o impasse.

Até aí, nenhuma grande diferença de fatos outros impasses, criados durante todos esses anos, entre as reivindicações estudantis e a burocracia universitária. Só que desta vez os estudantes, já cansados de tantas lutas, exclamações, promessas de mudança e nenhuma alteração de fundo nessa situação, preferiram a reprovação coletiva a, mais uma vez, aceitar a protelação dos problemas levantados.

Sabemos que a luta pela transformação da situação do ensino no país não é nova. Seus marcos iniciais mais expressivos datam de quase 20 anos: os 2 Seminários Nacionais da Reforma Universitária, organizados pela UNE em 1961 e 1962. Desses seminários surgiu a famosa "Carta do Paraná", um documento que sintetizava as discussões realizadas em todo o território nacional e suas principais conclusões. Contendo uma crítica à estrutura de ensino no país e uma perspectiva global de luta pela sua transformação, a "Carta do Paraná" acabou por se transformar na orientação política das lutas, que a partir daí se revigoraram, contra a velha Universidade, elitista e bacharelesca.

Em 1962, a UNE dirige a luta por um órgão de representação estudantil nos órgãos colegiados da Universidade, uma greve nacional que se prologou por dois meses. A partir daí, as lutas desenvolvem-se num crescendo até 1968, por mais vagas, mais verbas, contra o acordo MEC-USAID, contra o decreto Suplicy de Lacerda (que extingue as atividades estudantis livres), pela gestão paritária da Universidade, enfim, por uma transformação global, expressa no projeto de Reforma Universitária, que ia aos poucos sendo elaborado. Até que em meio à imensa repressão que se desencadeou por sobre todo o

movimento de massas após a edição do AI-5 em dezembro de 68, a Ditadura Militar abre campo para apresentar e impor o seu projeto de Reforma Universitária. Incorpora alguns aspectos formais, de caráter "modernizador" contidos no projeto dos estudantes, já que para a ditadura também interessava acabar com os aspectos mais retrógrados da Velha Universidade, pressionada pelas novas exigências colocadas pelo novo estágio de desenvolvimento capitalista que se abria no país: o aumento da complexidade e sofisticação do sistema produtivo e das funções de gerência e administração do capital e do Estado, colocando novas exigências em termos de mão-de-obra especializada e tecnologia, a crescente pressão das classes médias no sentido da ampliação das oportunidades educacionais em decorrência do avanço do processo de monopolização e consequente falência dos pequenos empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, etc.

Assim é que, interessada na centralização do poder — para destruir as resistências à imposição do novo projeto e na racionalização dos custos — para garantir a necessária expansão do sistema com o mínimo de ônus para o Estado, mais preocupado em canalizar todos os recursos disponíveis para alimentar o ciclo produtivo que se abria, extingue as cátedras, instala o sistema de departamentos, cursos semestrais, créditos e pré-requisitos, e inicia o processo de expansão das vagas — cuidadosamente centrado na rede particular de ensino.

Por outro lado, a RU do governo não incorpora nenhum dos elementos efetivamente inovadores contidos no projeto dos estudantes e professores, que apontavam para o combate à seletividade, o elitismo e o autoritarismo e para a necessidade de voltar a universidade para o atendimento das necessidades da maioria da população. Pelo contrário, ela traz em si medidas que contrariam totalmente esses interesses: corta violentamente as verbas destinadas à Educação, institui o Ensino pago, apela para o 477 e o 228, faz incorporar nos Regimentos Internos todas as me-

didat repressivas contidas nessas leis de exceção; desliga a representação estudantil nos órgãos colegiados das entidades, individualizando-se e estabelecendo rígidos critérios de elegibilidade.

A RU do governo, portanto, longe de atender às reivindicações de estudantes e professores, vem no sentido de acirrar os aspectos elitistas e seletivos da universidade, reforçar seus laços com os detentores do poder e seu comprometimento com os interesses das grandes empresas. Tenta fazer com que a universidade atenda mais eficiente e docilmente às novas necessidades de desenvolvimento do capitalismo e do regime autoritário instaurado no país.

Por isso mesmo, durante esse tempo todo, os estudantes resistiram. Lutaram contra a implantação desse projeto, em meio à mais intensa repressão, em cada sala de aula, frente a cada nova portaria, às vezes um simples protesto, às vezes sem maiores repercussões, outras mobilizando universidades inteiras e conseguindo importantes vitórias. Foi assim que em 1972, na USP, manifestando-se contra o Ensino Pago através de um plebiscito, na proporção de 95%, os estudantes impediram a sua implantação. Foi assim que em 1975, na UFBa, sustentando uma greve geral por um mês, os estudantes conseguiram a revogação de quase toda a lei do Jubileamento. Foi assim que de reunião em reunião, Assembléia em Assembléia, em cada passeata, cada eleição livre e direta realizada apesar das prescrições oficiais em contrário, os estudantes puseram por terra, na prática, o decreto-lei 477 e 228, recuperaram suas formas de lutas e o seu espaço de manifestação e organização.

Mantiveram-se, de uma forma ou de outra, sempre presentes e atuantes. No ano passado, romperam os muros da universidade e, de forma mais significativa em todo o território nacional, romperam também os limites que circunscrevinham suas lutas ao campo educacional. Marcaram presença e experimentaram suas forças na luta política contra a ditadura, contribuição significativamente para elevá-la a um novo estágio.

Por tudo isso, acreditamos ser esse também o momento de levar a um novo estágio a luta educacional. É hora de sistematizar todas as experiências desses anos, ir além dos pequenos embates parciais em cada sala de aula, em cada escola. Acumular no sentido de formular um outro projeto global, de apresentar uma crítica e uma perspectiva de transformação mais geral que oriente nossas lutas nesse campo.

II Com o objetivo de colaborar nesse sentido e de conchamar todos, estudantes, professores e demais interessados nessa luta a enfrentar essa discussão, apresentamos aqui nossa visão inicial.

1. Em 1º lugar, consideramos que a contradição fundamental da Universidade brasileira, advinda do caráter capitalista da sociedade na qual se insere e do Estado que a domina, advém do fato de ser ela (seus campus, material didático, verbas, a ciência, tecnologia e mão-de-obra ali geradas) produzida e sustentada socialmente e usufruída apenas por uma ínfima parcela da população. Daí decorrem suas 3 características essenciais, responsáveis em última instância por todos os problemas que hoje enfrentamos:

a) seu caráter seletivo e elitista, que impede que a grande maioria da população tenha acesso a ela, e muito menos consiga nela garantir a sua permanência. O limitado número de vagas, o vestibular, as inúmeras tentativas de extinção do ensino público e gratuito, o jubileamento são algumas manifestações mais gritantes dessa características.

b) o seu comprometimento com a produção de uma ciência tecnologia, mão-de-obra e ideologia voltadas para o atendimento das necessidades das grandes empresas e do Estado, e não para a resolução dos grandes problemas que hoje atingem a grande maioria da população. Assim é que a ela prepara os médicos para exercer uma medicina privatizada, os arquitetos e engenheiros são destinados a organizar o espaço físico da dominação capi-

talista, a construir fábricas e as casas onde o povo será espoliado; os professores a ministrar um ensino de 1º e 2º grau mentiroso, incompleto e massificante; os pedagogos a difundir e incentivar a passividade, o respeito a “autoridade do saber” e a submissão às hierarquias; os sociólogos e psicólogos a encontrar formãs de apaziguar os ânimos gerais e remediar as “disfunções” do sistema. Não se enfrenta efetivamente os problemas sociais da falta de casa e de transporte, de uma população doente e subnutrida, da análise científica reveladora do verdadeiro caráter das nossas estruturas econômicas políticas e sociais, da recuperação e difusão da nossa História, devolvendo ao povo a memória de suas lutas, suas vitórias e derrotas, atualmente sequestradas sob as mistificações oficiais.

c) a extrema centralização do poder e o autoritarismo que permeia suas estruturas, suas instâncias de decisão, as relações que se estabelecem no seu interior, sua didática. Garantidos pela atual estrutura dos órgãos colegiados, pelos Regimentos Internos, pelas hierarquias, pelo sistema de notas.

2. A luta contra a atual situação da Universidade e de todo o Sistema Educacional, não pode ser travada a partir de uma perspectiva estreita de defesa dos “interesses dos estudantes”. Os estudantes, professores e funcionários devem se comprometer com essa luta a partir da perspectiva dos interesses mais amplos de toda a população explorada e oprimida desse país, especialmente os trabalhadores. Porque são eles que produzem toda a riqueza social e em última instância garantem a existência da Universidade e seus produtos. E apesar disso, são os mais espoliados, os que menos se beneficiam de seus frutos. Por isso mesmo são eles os maiores interessados na questão educacional e na luta por uma ciência, tecnologia, conhecimento que seja utilizado em função da elevação qualitativa de seus padrões de vida. Se hoje ainda são estudantes e professores os que mais vivenciam esses problemas, os agentes mais diretos dessa luta, isso é apenas mais uma demonstração do caráter seletivo da

universidade que impede que os amplos setores da população tenham acesso a ela.

3. Por isso mesmo, a luta pela transformação da universidade não pode ser desligada da luta mais geral pela transformação radical de toda a sociedade: do modelo capitalista de organização da produção e da sociedade, no qual ela se insere, e do Estado que visa manter e reproduzir tal tipo de organização. Consideramos que os problemas que aqui apontamos, só serão efetivamente resolvidos com a transformação radical dessa situação no sentido da construção de um governo dirigido pelos trabalhadores e do socialismo.

Não se trata portanto, de cair na ilusão de querer transformar a universidade de dentro dela mesma, ou de querer conferir-lhe o papel de impulsionadora das transformações sociais. Mas entendê-la como mais um palco de combate que devemos enfrentar, na perspectiva dos interesses dos trabalhadores e do povo, e que cada passo dado nesse sentido, cada conquista que se consiga arrancar só será garantida pela força crescente do movimento popular organizado.

4. A perspectiva que devemos apontar, envolve, portanto, não só a ampliação efetiva das oportunidades de acesso à Educação, até que a grande massa trabalhadora do país seja beneficiada, como também das suas condições de permanência na escola, o que só poderá ser garantido através da gratuidade dos serviços com alimentação, transporte, moradia, saúde, um adequado ritmo de estudo. Envolve também a utilização do conhecimento, da ciência e tecnologia produzidas na resolução dos grandes problemas que afetam hoje a maioria da população. E por fim, envolve a questão da democratização do poder de decisão acerca das questões educacionais, dentro da Universidade e principalmente o que sobre ela se debate. Envolve a abolição das hierarquias, dos instrumentos de controle da produtividade e atuação dos estudantes e garantia da autoridade da burocracia. Envolve a gestão da universidade pelo povo or-

ganizado em seus instrumentos de poder e a utilização social e coletiva de seus frutos, o que pressupõe a derrubada da ditadura e a construção de um governo dirigido pelos trabalhadores e efetivamente comprometido na defesa de seus interesses.

5. Essa perspectiva geral, deve ser materializada hoje em pontos concretos de luta;

— por melhores condições materiais de ensino - mais vagas e mais verbas;

— pelo ensino público e gratuito para todos; contra o ensino pago, taxas e anuidades; pela gratuidade dos serviços médicos, alimentação e moradia; pela efetiva ampliação de vagas nas escolas públicas, contra todas as medidas seletivas e elitizantes; contra o vestibular.

— por um ensino voltado aos interesses da maioria da população; contra a excessiva carga horária, a extinção dos cursos noturnos; contra o jubramento.

— contra o autoritarismo e a centralização de poder; pela participação de estudantes, professores e funcionários nas decisões; contra métodos autoritários, contra os atestados ideológicos, contra os Regimentos Internos repressivos que incorporam o 477 e 228; contra a burocratização e a falta de democracia dos órgãos colegiados, pelo reconhecimento das entidades livres dos estudantes, professores e funcionários como seus legítimos representantes frente a burocracia.

ÍNDICE:

Apresentação	4
Editoria	6
IV ^o ENE: Reconstruir a UNE	13
A Crise e as Eleições	23
Educação e Universidade	30

